

## **ENTRE HUMANOS E YÖKAIS: MARCADORES DE DIFERENÇA, MEMÓRIA E MARGINALIZAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – PARTE II**

**Maria Eduarda Mendes**

Discente de História na Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Duque de Caxias, Rio de Janeiro – Brasil, dudaramosmendes@gmail.com.

### **RESUMO:**

O presente artigo, dividido em duas partes, analisa a construção da identidade como um processo social atravessado por relações de poder e marcadores de diferença, como raça, classe e território. A partir de Simone de Beauvoir e Judith Butler, discute-se como tais marcadores produzem hierarquias e desigualdades historicamente consolidadas no contexto brasileiro, com raízes no período escravocrata. O trabalho examina a formação dos cortiços e das favelas no Rio de Janeiro, destacando as reformas urbanas de Pereira Passos como parte de um processo de segregação espacial. Em diálogo com a literatura e a sociologia, evidencia-se como a exclusão social se materializa no espaço urbano e se atualiza em práticas contemporâneas de violência estatal. Por fim, articula-se essa discussão aos conceitos de biopoder e necropolítica, argumentando que o racismo funciona como tecnologia de poder que naturaliza a morte de populações marginalizadas. Conclui-se que as desigualdades atuais são continuidade histórica da escravidão, reorganizadas sob novas formas de exclusão social e territorial.

**PALAVRAS-CHAVES:** Memória; Identidade; Colonização.

### **RESUMEN:**

Este artículo, dividido en dos partes, analiza la construcción de la identidad como un proceso social atravesado por relaciones de poder y marcadores de diferencia, como raza, clase y territorio. Inspirándose en Simone de Beauvoir y Judith Butler, examina cómo dichos marcadores producen jerarquías y desigualdades históricamente consolidadas en el contexto brasileño, con raíces en el período esclavista. El trabajo analiza la formación de barrios marginales y favelas en Río de Janeiro, destacando las reformas urbanas de Pereira Passos como parte de un proceso de segregación espacial. En diálogo con la literatura y la sociología, muestra cómo la exclusión social se materializa en el espacio urbano y se actualiza en las prácticas contemporáneas de violencia estatal. Finalmente, este análisis se articula con los

conceptos de biopoder y necropolítica, argumentando que el racismo funciona como una tecnología de poder que naturaliza la muerte de las poblaciones marginadas. Concluye que las desigualdades actuales son una continuación histórica de la esclavitud, reorganizada bajo nuevas formas de exclusión social y territorial.

**PALABRAS CLAVE:** Memoria; Identidad; Colonización.

## ABSTRACT:

This article, divided into two parts, analyzes the construction of identity as a social process traversed by power relations and markers of difference, such as race, class, and territory. Drawing on Simone de Beauvoir and Judith Butler, it discusses how such markers produce hierarchies and inequalities historically consolidated in the Brazilian context, with roots in the slave-owning period. The work examines the formation of tenements and favelas in Rio de Janeiro, highlighting Pereira Passos' urban reforms as part of a process of spatial segregation. In dialogue with literature and sociology, it shows how social exclusion materializes in urban space and is updated in contemporary practices of state violence. Finally, this discussion is articulated with the concepts of biopower and necropolitics, arguing that racism functions as a technology of power that naturalizes the death of marginalized populations. It concludes that current inequalities are a historical continuation of slavery, reorganized under new forms of social and territorial exclusion.

**KEYWORDS:** Memory; Identity; Colonization.

Conforme discutido na primeira parte deste artigo, a identidade não constitui uma essência fixa, mas sim, um processo social dinâmico, atravessado por relações de poder e estruturado por marcadores sociais de diferença, como raça, classe e gênero. A partir das contribuições de Simone de Beauvoir e Judith Butler, evidenciou-se que tais marcadores não, apenas, diferenciam os indivíduos, mas também, os classificam e hierarquizam, produzindo assim desigualdades que se consolidam historicamente. No contexto brasileiro, essas dinâmicas encontram suas raízes no período escravocrata, cuja lógica de desumanização e inferiorização não se encerra com a abolição formal, mas sim, se reconfigura ao longo do tempo.

Nesse sentido, esta segunda parte busca analisar como esses marcadores sociais se materializam no espaço urbano e nas práticas institucionais, evidenciando a continuidade

histórica da exclusão. A formação dos cortiços no período pós-abolição e, posteriormente, das favelas, intensificada por intervenções como as reformas conduzidas por Pereira Passos<sup>1</sup>, revela como a marginalização de determinados grupos foi territorializada. Assim, pretende-se compreender como essas dinâmicas, longe de se restringirem ao passado, se atualizam no presente por meio da naturalização da violência, da estigmatização social e das formas contemporâneas de gestão da vida e da morte.

Com a abolição e ausência de direitos básicos, grandes contingentes de ex-cativos, junto a imigrantes pobres, mestiços e indígenas deslocados, passaram a ocupar áreas urbanas precárias, dando origem assim aos cortiços. Esses espaços eram caracterizados pela superlotação, insalubridade, falta de infraestrutura e precariedade habitacional, refletindo o abandono social e a ausência de políticas públicas que garantissem condições mínimas de vida. A obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo<sup>2</sup>, retrata de maneira contundente essa realidade, evidenciando a degradação física dos espaços, as relações de exploração laboral e as desigualdades sociais que atravessavam diferentes grupos marginalizados.

No início do século XX, sob a gestão de Pereira Passos<sup>3</sup>, o Rio de Janeiro passou por reformas urbanas inspiradas nos padrões europeus da Belle Époque. O chamado “bota-abaixo” demoliu cortiços e habitações populares no centro da cidade com o argumento de higienização

---

<sup>1</sup> Foi um engenheiro e político brasileiro, reconhecido por suas contribuições às reformas urbanas do Rio de Janeiro no início do século XX. Como prefeito, dedicou-se à modernização da cidade por meio de intervenções inspiradas em modelos europeus, com ênfase na melhoria da circulação, do saneamento e da estética urbana.

<sup>2</sup> É um escritor e jornalista brasileiro, reconhecido por suas contribuições ao naturalismo e à literatura realista no final do século XIX. Autor de destaque no panorama literário brasileiro, dedicou-se à representação crítica da sociedade urbana, explorando problemas sociais, morais e econômicos em seus romances.

Em sua obra *O Cortiço*, desenvolve reflexões sobre a vida em habitações coletivas nas cidades brasileiras, abordando questões como desigualdade social, exploração do trabalho, conflitos humanos e as condições de moradia precária. O romance destaca as relações entre urbanismo, vida cotidiana e hierarquias sociais, oferecendo um retrato detalhado das transformações e tensões das cidades brasileiras do período.

<sup>3</sup> Foi um engenheiro e político brasileiro, reconhecido por seu papel na transformação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX. Como prefeito entre 1902 e 1906, liderou reformas profundas na cidade, inspiradas em modelos europeus, especialmente os planos de Paris, com o objetivo de modernizar o espaço urbano, melhorar saneamento e ampliar a circulação. Durante seu governo, buscou promover a abertura de grandes avenidas, demolição de cortiços e reestruturação de bairros, o que gerou tanto avanços na infraestrutura quanto processos de exclusão social. Seu trabalho evidencia as relações entre planejamento urbano, poder político e segregação, sendo central para compreender a construção histórica da cidade moderna e os impactos sociais das políticas de urbanismo no Brasil.

e modernização, sem oferecer alternativas dignas de moradia. Como consequência, negros, pobres urbanos e imigrantes foram deslocados para áreas periféricas e terrenos irregulares, dando origem às primeiras favelas, nome com origem em referência a uma planta chamada fava que serviu de alimento aos marginalizados daquele local. Essas áreas passaram a se caracterizar por construções improvisadas, densidade populacional elevada, ausência de saneamento básico adequado e acesso limitado a serviços públicos, como transporte, saúde e educação. No entanto, favelas também são espaços de organização comunitária, resistência e criação de redes de sociabilidade, sendo lar de gerações que, mesmo marginalizadas pelo planejamento urbano, constroem formas próprias de vida e economia.

Historicamente, a favelização reflete a continuidade das desigualdades herdadas da escravidão e do pós-abolição. A população negra, trabalhadores pobres urbanos e imigrantes foram sistematicamente excluídos dos processos de urbanização formal, sendo empurrados para áreas periféricas. Assim, as favelas não surgem como um fenômeno natural ou desvinculado da cidade, mas sim, como produto de decisões políticas e econômicas que buscavam higienizar e valorizar o centro urbano, mantendo grupos vulneráveis em condições de precariedade e segregação espacial.

Nesse sentido, observa-se que essas dinâmicas de exclusão não se restringem, apenas, ao passado, as mesmas continuam a se manifestar no contexto contemporâneo por meio de políticas de segurança pública que incidem, de uma forma desproporcional, sobre os mesmos grupos historicamente marginalizados. Um exemplo emblemático dessa continuidade é a Operação Contenção, deflagrada em 28 de outubro de 2025, nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, durante o governo do Cláudio Castro<sup>4</sup>. A ação, conduzida pelas polícias Civil e Militar, foi apresentada inicialmente como uma estratégia de combate ao crime organizado, contando com a participação de aproximadamente 2,5 mil agentes e o cumprimento de dezenas de mandados de prisão.

Entretanto, a operação ficou marcada por seu elevado grau de letalidade, sendo considerada uma das mais letais da história do estado, resultando na morte de mais de uma centena de pessoas, além de impactos profundos sobre a população local. Escolas e comércios foram fechados, o transporte foi interrompido e moradores relataram dias marcados pelo medo

<sup>4</sup> É um político brasileiro, reconhecido por sua atuação na administração pública do estado do Rio de Janeiro. Governador do estado entre 2021 e 2026, destacou-se pela condução de políticas voltadas à segurança pública, gestão fiscal e infraestrutura, em um contexto marcado por desigualdades sociais e instabilidade política.

e pela insegurança. Nesse contexto, evidencia-se que a ação estatal não atinge, apenas, os supostos alvos da operação, mas também, incide diretamente sobre o cotidiano de toda a comunidade.

A dimensão da violência levanta questionamentos centrais acerca da própria atuação do Estado: quem são os mortos e em que medida essas mortes foram devidamente identificadas e investigadas? Conforme noticiado pela CNN Brasil, apenas, parte dos corpos havia sido formalmente identificada no Instituto Médico-Legal, enquanto outros permaneciam sem identificação. Nesse cenário, o próprio funcionamento do sistema pericial e burocrático não permitiu, ao menos de forma imediata, a identificação dos corpos por seus familiares, restringindo sua participação no processo de reconhecimento das vítimas. Tal dinâmica evidencia fragilidades nos mecanismos de transparência, além de tensionar o direito das famílias à informação e à dignidade no tratamento pós-morte.

Paralelamente, a repercussão da operação foi acompanhada pela disseminação de discursos que reforçavam a ideia de que os moradores dessas regiões seriam, em sua totalidade, associados à criminalidade. Tal generalização revela a atuação de um marcador social de diferença, no qual território, raça e classe são articulados para produzir uma identidade social estigmatizada. Nesse sentido, torna-se fundamental questionar essa lógica, afinal, as favelas são espaços heterogêneos, compostos por trabalhadores, estudantes e famílias, e não podem ser reduzidas a uma identidade única vinculada ao crime.

Essa construção, contudo, não é recente, mas sim, profundamente histórica. Durante quase quatro séculos, no Brasil, a condição de escravizado operou como um marcador social de diferença fundamental, associado à desumanização, à violência e à negação de direitos. Com o fim formal da escravidão, esse marcador não desaparece, mas sim, se reconfigura. Ao longo do tempo, especialmente, com a consolidação das desigualdades urbanas e raciais, a figura do “escravo” é substituída, no imaginário social, pela do “bandido”, mantendo-se a lógica de exclusão e eliminação de determinados corpos.

Dessa forma, observa-se uma continuidade simbólica e estrutural, se antes a escravidão legitimava a exploração e a violência sobre corpos negros, hoje, a criminalização da pobreza e da população periférica cumpre função semelhante, permitindo assim a banalização da violência. A morte deixa de ser percebida como tragédia e passa a ser socialmente tolerada, ou até mesmo justificada, quando direcionada a esses grupos. Assim, o marcador social de

diferença contemporâneo, associado ao território e a criminalidade, pode ser compreendido como uma memória histórica da escravidão, que persiste sob novas formas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender como o poder do Estado se organiza e se legitima sobre os corpos e as populações. Nesse sentido, Michel Foucault<sup>5</sup>, em sua obra *Vigiar e Punir*, analisa as transformações nas formas de exercício do poder ao longo da modernidade, especialmente, a partir dos séculos XVIII e XIX, evidenciando a passagem de um modelo centrado na punição explícita para mecanismos mais sutis de controle e disciplina.

Para Foucault, o poder moderno não se limita a punir, mas sim, a administrar a vida, regulando comportamentos, organizando espaços e disciplinando corpos. É nesse contexto que emerge o conceito de biopoder, entendido como o conjunto de estratégias por meio das quais o Estado passa a gerir a vida da população, intervindo em aspectos como saúde, segurança, natalidade e mortalidade. Assim, o poder deixa de se manifestar, apenas, como o direito de “fazer morrer” e passa a operar também como a capacidade de “fazer viver”, estabelecendo quais vidas devem ser protegidas e quais podem ser expostas ao risco.

Entretanto, embora o conceito de biopoder permita compreender como o Estado administra a vida das populações, o mesmo não é suficiente para explicar contextos nos quais a morte se torna um elemento central da ação política. Nesse sentido, Achille Mbembe<sup>6</sup> amplia essa discussão ao desenvolver o conceito de necropolítica, profundamente influenciado pela análise de processos históricos como a escravidão e o colonialismo. Para o autor, esses contextos constituem experiências fundadoras de formas de poder baseadas na desumanização e na exposição sistemática de determinados grupos à morte.

Nesse ponto, torna-se fundamental destacar o papel do racismo como elemento estruturante dessas dinâmicas, funcionando como um mecanismo que permite a fragmentação da população e a hierarquização das vidas. Como afirma Mbembe:

---

<sup>5</sup> Foi um filósofo e historiador francês, reconhecido por suas contribuições à análise das relações entre poder, saber e instituições na sociedade moderna. Intelectual de grande destaque no século XX, dedicou-se ao estudo das formas pelas quais o conhecimento é produzido e utilizado como instrumento de controle social, especialmente em contextos como prisões, hospitais e escolas.

<sup>6</sup> É um filósofo, historiador e teórico político camaronês, reconhecido por suas contribuições aos estudos pós-coloniais e à análise das dinâmicas de poder no mundo contemporâneo. Professor e pesquisador, dedica-se à investigação dos legados do colonialismo e das formas de dominação que persistem nas sociedades atuais, com ênfase nas relações entre violência, soberania e desigualdade.

Que a "raça" (ou, na verdade, o "racismo") tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou a dominação a ser exercida sobre eles. Referindo-se tanto a essa presença atemporal como ao caráter espectral do mundo da raça como um todo, Arendt localiza suas raízes na experiência demolidora da alteridade e sugere que a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte. Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, "este velho direito soberano de matar". Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é "a condição para a aceitabilidade do fazer morrer".<sup>7</sup>

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o racismo não, apenas, discrimina, mas também, atua como um dispositivo que legitima e naturaliza a violência letal, permitindo que determinados corpos sejam sistematicamente expostos à morte sem que isso seja percebido como uma ruptura da ordem social.

Para Mbembe, as formas contemporâneas de poder operam por meio da criação de zonas de exceção, espaços nos quais as garantias legais são suspensas e a violência se torna uma prática recorrente e legitimada. Nessas áreas, determinados grupos sociais são expostos de maneira sistemática à morte, seja pela ação direta do Estado, seja pela ausência de proteção e garantia de direitos. Assim, a soberania se manifesta, sobretudo, na produção da morte, transformando corpos e territórios em alvos permanentes de violência.

Nesse contexto, a banalização da violência pode ser compreendida como resultado de um processo histórico no qual a morte de determinados grupos passa a ser naturalizada. Ao dialogar com Hannah Arendt<sup>8</sup> e Giorgio Agamben<sup>9</sup>, Mbembe mobiliza experiências extremas,

---

<sup>7</sup> Mbembe, 2018. Páginas 17 e 18.

<sup>8</sup> Foi uma filósofa e teórica política alemã, reconhecida por suas contribuições à análise dos regimes totalitários e da condição humana na modernidade. Intelectual de grande destaque no século XX, dedicou-se ao estudo das relações entre poder, política e responsabilidade, com ênfase nos impactos das estruturas autoritárias sobre a sociedade.

<sup>9</sup> É um filósofo e teórico político italiano, reconhecido por suas contribuições à filosofia contemporânea e aos estudos sobre soberania, direito e poder. Intelectual de destaque, dedicou-se à análise das estruturas políticas modernas, com ênfase nos mecanismos de exceção e na relação entre vida e poder.

como os campos de concentração, para evidenciar formas radicais de exercício do poder sobre a vida e a morte.

Como se sabe, o conceito de estado de exceção tem sido frequentemente discutido em relação ao nazismo, ao totalitarismo e aos campos de concentração/ extermínio. Os campos da morte em particular têm sido interpretados de diversas maneiras, como a metáfora central para a violência soberana e destrutiva e como o último sinal do poder absoluto do negativo. Como diz Hannah Arendt: "Não há paralelos à vida no nos campos de concentração. O seu horror não pode ser inteiramente alcançado pela imaginação justamente por situar-se fora da vida e da morte". Em razão de seus ocupantes serem desprovidos de estatuto político e reduzidos a seus corpos biológicos, o campo é, para Giorgio Agamben, "o lugar no qual se realizou a mais absoluta *condicio inhumana* que já se deu sobre a terra". Na estrutura político-jurídica do campo, acrescenta, o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito. De acordo com Agamben, ele adquire um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei.<sup>10</sup>

Embora, não se trate de uma equivalência direta, essa reflexão permite compreender como, em contextos contemporâneos, determinados territórios e populações passam a ser tratados como espaços de exceção, nos quais a violência é normalizada e a morte deixa de provocar indignação coletiva.

Essa lógica pode ser observada também no plano simbólico, como na obra *Inuyasha*, na qual o protagonista, por sua condição híbrida, é constantemente percebido como uma ameaça e, portanto, como alguém cuja eliminação seria justificável. A tentativa recorrente de exterminá-lo revela como o "outro", marcado pela diferença, é frequentemente construído como um inimigo a ser eliminado, evidenciando um padrão que ultrapassa a ficção e se manifesta nas relações sociais concretas.

De maneira ainda mais profunda, essa dinâmica de desumanização pode ser compreendida a partir da obra *A Metamorfose*, de Franz Kafka<sup>11</sup>. Publicada em 1915, a narrativa acompanha Gregor Samsa, um homem que, ao despertar, encontra-se transformado em um inseto monstruoso. A partir desse momento, sua condição deixa de ser reconhecida

<sup>10</sup> Mbembe, 2018. Páginas 7 e 8.

<sup>11</sup> Foi um escritor e jurista tcheco, reconhecido por suas contribuições à literatura moderna e à construção de narrativas marcadas pelo absurdo, pela alienação e pela crítica às estruturas burocráticas. Autor de grande destaque no século XX, dedicou-se à exploração das angústias humanas diante de sistemas impessoais e opressivos

como humana, e passa a ser progressivamente excluído do convívio social, sendo isolado dentro de sua própria casa.

A reação de sua família evidencia que a desumanização não ocorre, apenas, pela transformação física, mas, sobretudo, pela perda de sua função econômica. Antes responsável pelo sustento familiar, Gregor era valorizado enquanto sujeito produtivo, no entanto, ao perder sua capacidade de trabalho, deixa de ser visto como útil, tornando-se um peso. Sua permanência passa a ser tolerada, apenas, de forma provisória, até que sua existência se torna completamente insustentável. Nesse sentido, sua subjetividade é apagada, e o mesmo deixa de ser percebido como sujeito, sendo assim, reduzido a um corpo sem valor, passível de abandono e eliminação.

Essa lógica revela uma dimensão estrutural da desumanização, o valor do indivíduo é condicionado à sua capacidade de gerar lucro, aproximando-se de dinâmicas historicamente observadas em sistemas de exploração, como a escravidão, nos quais a vida humana é reduzida à sua utilidade econômica.

A partir dessas representações, percebe-se que a desumanização do sujeito marcado pela diferença é um elemento central para a legitimação da violência. Assim como Inuyasha e Gregor são reduzidos às suas condições, moradores de favelas são, frequentemente, reduzidos a estereótipos que os associam à criminalidade, o que contribui para a naturalização da violência dirigida a esses sujeitos.

Nesse contexto, torna-se possível compreender que tais dinâmicas não afetam, apenas, a estrutura social, mas também, a forma como os indivíduos se percebem e se inserem na sociedade. À luz das reflexões de Émile Durkheim<sup>12</sup>, especialmente, em *O Suicídio*, esse fenômeno pode ser compreendido como um fato social, diretamente relacionado ao modo como a sociedade integra e regula seus membros. Quando esses mecanismos se fragilizam, instaura-se um estado de desorganização, a anomia, no qual as normas deixam de oferecer referências claras, produzindo desorientação e perda de sentido.

Em realidades marcadas pela violência constante, pela naturalização da morte e pela permanência de marcadores sociais de diferença, esse quadro tende a se intensificar. A

---

<sup>12</sup> É um sociólogo francês, reconhecido por suas contribuições fundamentais à consolidação da sociologia como ciência. Intelectual de grande destaque, dedicou-se ao estudo dos fatos sociais, entendidos como maneiras coletivas de agir, pensar e sentir que exercem influência sobre os indivíduos.

exclusão de determinados grupos não se limita às condições materiais de existência, mas, se estende ao plano simbólico, afetando a construção de identidades e o sentimento de pertencimento. Nesse cenário, o enfraquecimento dos vínculos sociais e das normas coletivas pode ser associado tanto a formas de isolamento quanto a situações de instabilidade e ruptura, evidenciando que o sofrimento individual é socialmente produzido.

Além disso, a ausência de uma memória coletiva crítica acerca dos processos históricos de desigualdade, como a escravidão, a exclusão pós-abolição e a segregação urbana, contribui para a continuidade dessas dinâmicas, ao impedir a problematização das relações de poder que as sustentam. Ao não reconhecer sua própria historicidade, a sociedade naturaliza a violência e reforça a permanência dos marcadores sociais de diferença, perpetuando formas de exclusão já consolidadas.

Nesse sentido, tais marcadores deixam de atuar, apenas, como instrumentos de classificação e passam a operar como dispositivos de organização social, orientando percepções e legitimando desigualdades. Ao serem continuamente associados à marginalidade e à violência, determinados grupos são posicionados à margem dos processos de reconhecimento e proteção social, o que aprofunda a fragilização da coesão social descrita por Durkheim.

Ao articular essa leitura com as contribuições de Michel Foucault e Achille Mbembe, é possível avançar na compreensão desse fenômeno. Se, para Foucault, o biopoder se expressa na gestão da vida das populações, Mbembe evidencia seu desdobramento na necropolítica, isto é, na capacidade de definir quais vidas são protegidas e quais podem ser expostas à morte. Assim, a fragilização da coesão social não se apresenta, apenas, como uma falha estrutural, mas sim, como uma condição que possibilita a gestão desigual da vida, na qual certos grupos são sistematicamente submetidos ao abandono, à violência e à morte.

Dessa forma, mais do que um fenômeno individual, o sofrimento extremo, incluindo formas autodestrutivas, revela uma ordem social que, ao mesmo tempo em que desintegra vínculos e enfraquece normas, produz e administra desigualdades, naturalizando a exclusão e tornando determinadas vidas socialmente descartáveis.

A partir da análise desenvolvida, observa-se que os processos de exclusão social no Brasil não podem ser compreendidos como fenômenos isolados ou circunstanciais, mas sim, como um resultado de uma continuidade histórica que articula escravidão, urbanização desigual e violência estatal. A formação dos cortiços e, posteriormente, das favelas evidencia

como o espaço urbano foi organizado de maneira a marginalizar determinados grupos, enquanto, as políticas contemporâneas de segurança pública demonstram a permanência dessa lógica, agora atualizada sob novas formas. Nesse contexto, os marcadores sociais de diferença, especialmente aqueles relacionados à raça, classe e território, operam como elementos estruturantes que orientam percepções, produzem estigmas e legitimam a exclusão.

Ao longo do texto, foi possível evidenciar que essas dinâmicas não se limitam ao plano material, mas também, se manifestam no campo simbólico e subjetivo, como demonstrado por meio das análises de *Inuyasha* e de *A Metamorfose*. Tais representações permitem compreender como a desumanização do “outro” constitui um elemento central para a legitimação da violência. Nesse sentido, a articulação entre teoria e realidade social revela que a exclusão é sustentada tanto por estruturas históricas quanto por narrativas que naturalizam a marginalização, contribuindo para a reprodução de uma ordem social desigual.

Diante desse percurso, torna-se evidente que as dinâmicas analisadas na primeira parte do artigo, relativas à construção social da identidade e à atuação dos marcadores sociais de diferença, encontram, na realidade brasileira, uma materialização concreta e historicamente situada. A transição da escravidão para o contexto urbano não rompe com as estruturas de exclusão, mas sim, as reorganiza, deslocando-as para o espaço das cidades e, especialmente, para as favelas. Assim, aquilo que antes operava por meio da escravização direta dos corpos passa a se manifestar por meio da marginalização territorial, da estigmatização social e da violência institucional, evidenciando a permanência de uma lógica que hierarquiza vidas.

Nesse contexto, as contribuições de Émile Durkheim, Michel Foucault e Achille Mbembe permitem compreender que o sofrimento individual não é dissociável das condições sociais que o produzem, estando diretamente relacionado à fragilização da coesão social e às formas contemporâneas de gestão da vida e da morte. Dessa forma, enfrentar essas dinâmicas implica não, apenas, reconhecer sua historicidade, mas também, questionar as estruturas que continuam a produzir exclusão, de modo a romper com a naturalização da violência e afirmar o valor das vidas historicamente marginalizadas.



## Bibliografia:

AZEVEDO, Aluísio. O cortiço. 8. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

AGÊNCIA PÚBLICA. RJ tem operação mais letal de sua história seis meses após reviravolta na ADPF das Favelas. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/10/rj-tem-operacao-mais-letal-de-sua-historia-seis-meses-apos-reviravolta-na-adpf-das-favelas/>.

CNN BRASIL. Mortos e presos na operação no RJ: identificação dos corpos ocorre no IML. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/mortos-e-presos-na-operacao-no-rj-identificacao-dos-corpos-ocorre-no-iml/>.

DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

INUYASHA. Direção: Masashi Ikeda; Yasunao Aoki. Produção: Sunrise. Japão, 2000–2004.

JUSTIÇA GLOBAL. Operação Contenção: análise da operação policial mais letal da história do estado do Rio de Janeiro à luz dos padrões internacionais de uso da força e de investigações. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2025. Disponível em: [https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2025/11/2025-11-07-JG-RELATORIO-OPERACAO-CONTENCAO\\_VF-compactado.pdf](https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2025/11/2025-11-07-JG-RELATORIO-OPERACAO-CONTENCAO_VF-compactado.pdf).

KAFKA, Franz. A metamorfose. Tradução de UNAMA. São Paulo: Faro Editorial, 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

TAKAHASHI, Rumiko. Inuyasha. Tóquio: Shogakukan, 1996.